COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI N.º 1.597, DE 1999

Cria o Conselho Federal dos Técnicos de Segurança do Trabalho – CONFETEST – e os Conselhos Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho – CORETEST – e dá outras providências.

Autor: Deputado Marcelo Barbieri

Relatora: Deputada Vanessa Grazziotin

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Marcos Barbieri, vem a esta instância temática para análise do mérito, sujeito à competência conclusiva das comissões, conforme dispõe o art. 24, inciso II, do Regimento Interno.

A proposição cria os Conselhos Federal e Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho, dotados de personalidade jurídica própria, de direito privado, sem vínculo com a Administração Pública. Além de especificar os profissionais com competência exclusiva para o exercício da profissão, o projeto estabelece as atividades e atribuições da categoria conforme a legislação já existente, bem como todo o escopo de funcionamento, estrutura e atribuição dos conselhos a serem criados.

A proposta estabelece ainda a obrigatoriedade de registro no Sistema CONFETEST/CORETEST de todas as pessoas jurídicas que admitam em suas atividades serviços de qualquer natureza relacionados à

Segurança do Trabalho, inclusive as entidades e instituições de ensino que mantenham cursos de formação de Técnicos do setor.

À matéria foi apensado o **Projeto de Lei n.º 5.083/01**, do Deputado Medeiros, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Nacional e Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho e que, regra geral, contempla os mesmos objetivos da proposta principal.

Esgotado o prazo regimental para oferecimento de emendas nesta Comissão de Trabalho, não foi apresentada nenhuma proposta de aperfeiçoamento dos projetos.

II - VOTO DA RELATORA

A intenção principal do projeto em tela é a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Técnicos de Segurança do Trabalho, como entidades de fiscalização e normatização do exercício da atividade. Apesar de já reconhecida pela Lei n.º 7.410/85 e regulamentada pelo Decreto n.º 92.530/86, a profissão, de fato, carece ainda de um órgão competente para a devida fiscalização de seu exercício, nos moldes dos demais ofícios profissionais regulados. Ainda que a legislação vigente vincule aquela atribuição ao Ministério do Trabalho, é sabido hoje que tal competência, na prática, não mais ocorre por determinação do próprio Executivo.

Em que pese a tentativa do governo de desvincular da Administração Pública as entidades de fiscalização profissional, mediante o art. 58 da Lei n.º 9.649/98, a medida não chegou a ter efeito face à Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1717-6/DF, acatada preliminarmente (Medida Cautelar) pelo Supremo Tribunal Federal. Consoante tal entendimento, ainda não julgado no mérito, os conselhos de fiscalização retomam sua natureza jurídica original, qual seja, a de autarquia pública. Apesar de se tratar de matéria jurídica, cuja análise cabe à Comissão de Constituição e Justiça, nos parece fundamental essa abordagem, já que o projeto de lei propõe o novo conselho profissional nos

moldes do direito privado, o que contraria claramente a norma vigente. Além disso, na condição de órgão público, a iniciativa da proposição para criá-lo caberia exclusivamente ao Presidente da República, conforme mandamento da Constituição (art. 61, §1º, II, e).

Assim, ainda que no mérito a matéria venha ser acatada, certamente esbarraria adiante, dentro do trâmite legislativo ou na própria sanção da lei, na questão de sua constitucionalidade.

No tocante ao seu mérito, não se pode deixar de reconhecer que o projeto atende em seu conteúdo aos requisitos estabelecidos por esta Comissão de Trabalho para acatamento de matéria reguladora de profissão, conforme Verbete n.º 01 da Súmula de Jurisprudência da CTASP. Para melhor qualificá-los, cabe citar:

1. a atividade em questão exige, pelo seu caráter de especialização, inclusive na área de Engenharia, conhecimentos teóricos e técnicos, tanto que seu curso é historicamente reconhecido e autorizado pelo MEC através das Escolas Técnicas;
2. da própria definição e conceito da profissão – Técnico de Segurança do Trabalho - decorre o entendimento de que se trata de atividade cujo exercício pode acarretar dano à saúde e segurança coletiva e individual. No caso, o alvo da preservação é todo trabalhador, em qualquer área de atuação;
3. por já ser devidamente regulamentada a atividade, não há na proposta criação de reserva de mercado em detrimento de outras categorias. A legislação discrimina e diferencia bem as atribuições entre o Técnico e o Engenheiro de Segurança do Trabalho, não havendo qualquer sobreposição de competências. Isso ocorre também, pela mesma legislação já em vigor, no tocante aos deveres e responsabilidades do profissional pelo exercício da profissão. O projeto, neste ponto, só vem a ratificar a norma;
4. o interesse social da regulamentação já está implícito nas características da atividade, mesmo porque ela já está devidamente reconhecida pelo poder público;
5. finalmente, a garantia de fiscalização do exercício profissional é exatamente o objetivo maior da proposição.

Quanto a esse último aspecto, consideramos que realmente é o que deva ser melhor apreciado no âmbito desta instância de mérito. Independentemente de posições favoráveis ou contrárias à natureza pública ou privada das entidades fiscalizadoras, o que se ressalta na apreciação é o fato de

que, no caráter legal da matéria, a possibilidade de torná-la lei se restringe a duas hipóteses: a iniciativa da proposição sendo do Executivo ou então que o texto não proponha criação de nova autarquia, pois, caso contrário, incorreria no vício de iniciativa. Eliminada a primeira por total impossibilidade de reversão da autoria, resta apenas a outra alternativa. E para que seja atendida, a melhor opção é a vinculação da profissão a um conselho de fiscalização já existente. Mesmo porque, é o que nos parece mais adequado na medida em que já existe atividade correlata – Engenharia de Segurança do Trabalho – cuja fiscalização e vínculo estão a cargo dos CREAs – Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – que, pelo caráter multidisciplinar, já contemplam diversas atividades correlatas, tanto de nível técnico, como de nível superior.

Assim como se verifica a coexistência do engenheiro agrônomo com o técnico agrícola; do engenheiro civil e do arquiteto com o técnico em edificação; do engenheiro industrial com o técnico industrial, nada mais lógico do que contemplar também o técnico e o engenheiro de segurança do trabalho num mesmo campo de registro, habilitação e fiscalização. São funções e atividades que se complementam, que se afinam no desempenho profissional e que, portanto, devam estar submetidas a um único fórum de normatização, julgamento e fiscalização. Esse deve ser, inclusive, o posicionamento do Ministério do Trabalho, já que periodicamente vem manifestando que a ele não cabe mais a função fiscalizadora de exercício profissional.

Portanto, não só pela inviabilidade legal mas também pela inconveniência prática quanto a um sistema de fiscalização isolado, o ideal nos parece ser a devida regulamentação da atividade dos Técnicos de Segurança do Trabalho com o respectivo registro profissional nos CREAs, o que demanda um texto alternativo capaz de atender a essa premissa, sem no entanto prejudicar o restante do teor da proposição.

No que concerne ao Projeto de Lei n.º 5.083/01, apensado à proposta principal, vale dizer que todo seu conteúdo está devidamente, em linhas gerais, atendido pelo PL n.º 1.597/99, o que torna desnecessário qualquer

comentário adicional ou parecer específico, até porque a matéria primeira é significativamente mais abrangente do que a posterior.

Assim, por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.597, de 1999, na forma do Substitutivo que ora apresentamos, e pela rejeição do Projeto de Lei n.º 5.083, de 2001.

Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2001.

**Deputada Vanessa Grazziotin
Relatora**

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 1.597, DE 1999

Altera a Lei n.º 7.410, de 27 de novembro de 1985, que “dispõe sobre a especialização de engenheiros e arquitetos em engenharia de segurança do trabalho, a profissão de técnico de segurança do trabalho, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei n.º 7.410, de 27 de novembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O exercício da atividade de Engenheiros e Arquitetos na especialização de Engenharia e Segurança do Trabalho e o da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho depende de registro em Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias, contados de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2001.

Deputada Vanessa Grazziotin
Relatora